

## O CAPITAL DOS IDOSOS\*

Marcelo Neri

Do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/Ibre/FGV) e da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE/FGV)

Luisa Carvalhaes

Do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/Ibre/FGV)

Hessia Costilla

Do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/Ibre/FGV)

Samanta Monte

Do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/Ibre/FGV)

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo avaliar o acesso aos diversos tipos de capital por diferentes grupos etários. A disponibilidade de novas fontes de dados fornece, para isso, condições inéditas no caso brasileiro. A análise da posse de recursos foi estruturada em três grupos básicos: capital físico (ativos financeiros, bens duráveis, moradia e serviços públicos); capital humano (escolaridade, treinamento, experiência e saúde); e capital social (participação em partidos políticos, sindicatos, associações e estrutura familiar).

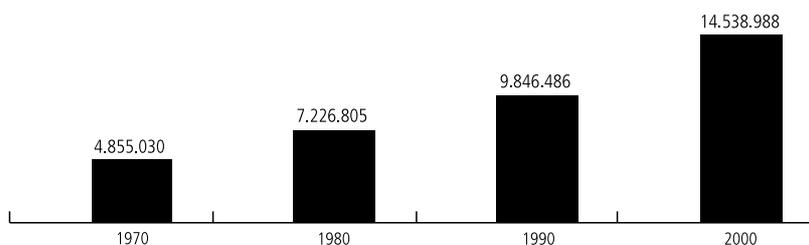
Conferimos especial ênfase à quantificação do capital das pessoas com idade superior a 60 anos. Esse segmento totalizou 14,5 milhões de brasileiros, segundo o Censo Demográfico de 2000, praticamente triplicando a população com mais de 60 anos que existia em 1970, conforme pode ser visto no Gráfico 1. Na última década a população acima de 60 anos cresceu 47%, comparado a um aumento de 15,7% da população total.

O estudo do perfil etário de acesso a cada ativo aqui analisado é desenvolvido através das óticas estática e dinâmica. Na abordagem estática avaliamos o acesso a um determinado ativo específico de um grupo etário em um dado ponto no tempo,

---

\* Este artigo é uma extensão de Neri *et alii* (1999).

GRÁFICO 1  
NÚMERO DE IDOSOS BRASILEIROS



Fonte: CPS/lbre/FGV a partir dos microdados dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

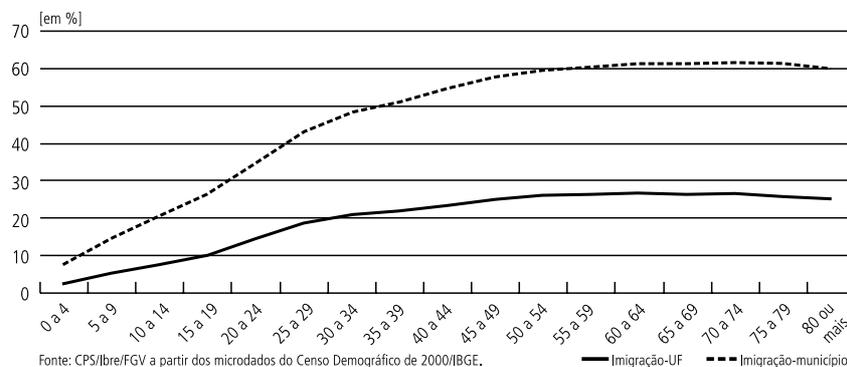
comparando com outros grupos etários ou analisando a evolução desse grupo etário em outros instantes do tempo. O principal problema dessa análise é não levar em conta diferenças entre indivíduos ou gerações. Já na análise de coorte acompanhamos os dados de uma mesma geração ao longo do tempo. No caso do pseudopainel, é possível acompanhar o valor de uma certa estatística para uma mesma geração ao longo do tempo.

A análise dinâmica aqui empreendida tem como objetivo avaliar a taxa de acesso de uma geração a um determinado recurso. Em termos metodológicos, o ideal seria que dispuséssemos de dados de painel de longa duração, de forma que se pudesse acompanhar a história de pessoas específicas. Na falta dessa informação utilizamos coortes, também conhecidas como pseudopainéis, em que usamos pesquisas de sucessivos anos para acompanhar a taxa de acesso de uma dada geração ao longo do tempo, unindo os dados entre os sucessivos anos de um grupo com o mesmo ano de nascimento. Procuramos, dessa forma, ter uma dimensão mais exata da trajetória do ciclo da vida de uma dada variável dos idosos de hoje.

Este artigo é uma crítica e extensão de Neri *et alii* (1999). Uma primeira diferença se refere às bases de dados utilizadas. O artigo anterior tomava como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Já o texto atual está apoiado no processamento dos microdados dos quatro últimos censos demográficos, permitindo expandir o período de cobertura da análise de 20 para 30 anos de profunda transição da estrutura etária da população.

O artigo anterior abrangia apenas as regiões metropolitanas brasileiras, o que, além de não ser representativo para o país como um todo, mostrava resultados distorcidos por movimentos migratórios. O estoque de migrantes é relativamente importante e crescente de acordo com a idade, conforme o Gráfico 2, isto é, os

GRÁFICO 2  
ESTOQUE DE MIGRANTES



brasileiros, à medida que vão envelhecendo, tendem a ficar mais longe da terra natal. O pico do fluxo migratório interestadual se dá entre os 25 e os 29 anos de idade e também entre os 30 e os 34 anos. Após essa faixa etária o fluxo migratório cai e, a partir dos 70 anos, a taxa de migração começa a declinar. Conforme esperado, a migração intermunicipal é ainda mais intensa e o pico também se dá entre os 20 e os 24 anos de idade.

Neri *et alii* (1999) tomava como referência para as coortes os chefes de domicílio. Neste trabalho consideramos todos os indivíduos, o que permite uma análise mais geral para as coortes adotadas. Tal abordagem é mais satisfatória, pois a posição na família não é um atributo fixo, mudando ao longo do ciclo da vida. Segundo o Censo Demográfico de 2000, as pessoas com mais de 60 anos, que são pessoas de referência ou chefes de família, representam 63,52%. Já na população total o percentual de chefes é de 28,6%.

GRÁFICO 3  
FLUXO MIGRATÓRIO HÁ MENOS DE 5 ANOS

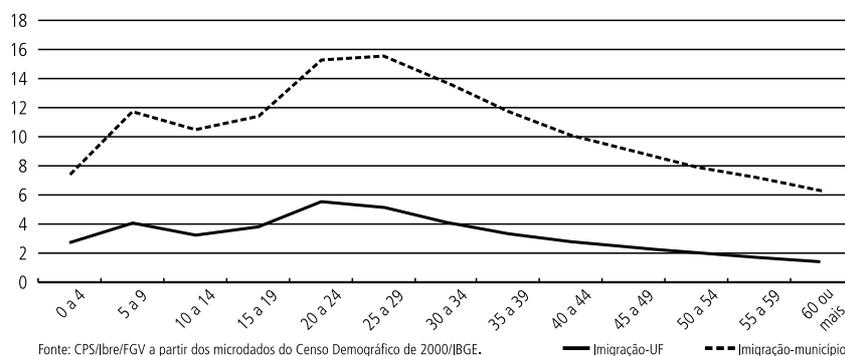


GRÁFICO 4  
POSIÇÃO NA FAMÍLIA

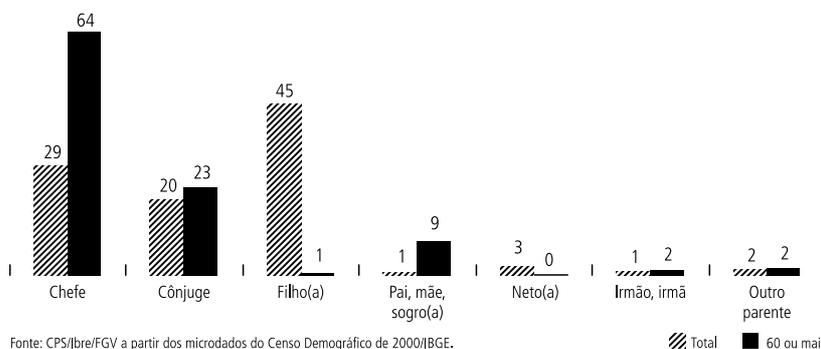
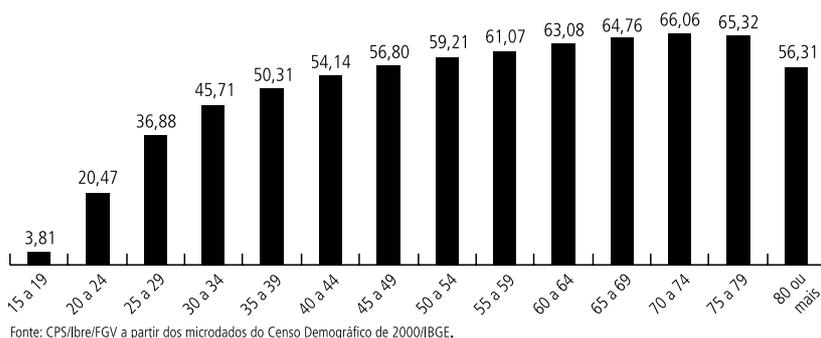


GRÁFICO 5  
PERCENTUAL DE CHEFES POR IDADE



O censo nos permite captar também aquelas pessoas que vivem em domicílios coletivos (aí incluindo asilos, quartéis, prisões, entre outros). No caso das pessoas com mais de 60 anos, aqueles que moram em asilos devem constituir o segmento mais importante a ser avaliado. Nesse aspecto, o censo permite uma precisão maior na identificação do local da moradia, que constitui um ativo fundamental das pessoas: 0,26% dos brasileiros vive em domicílios coletivos. Esse percentual aumenta para 1,03% quando olhamos para aqueles com mais de 67 anos de idade.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dados de coorte são substitutos imperfeitos de dados longitudinais, uma vez que não fornecem informações sobre os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Na verdade, as informações são de diferentes indivíduos com um certo conjunto de características idênticas, tais como ano e local de nascimento, gênero e raça.

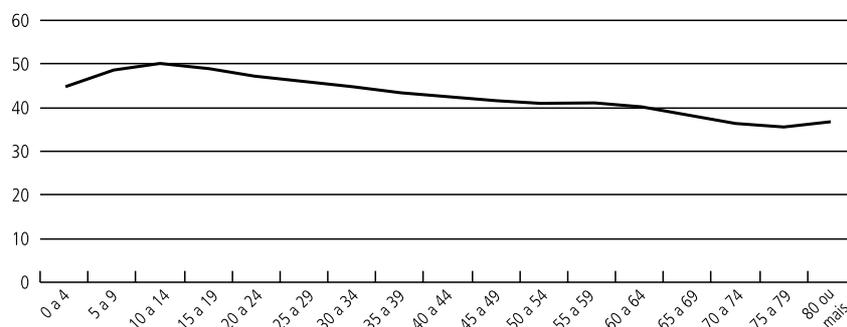
Esses dados apresentam algumas vantagens sobre os dados de painel. A primeira é que não há problema de atrito na amostra, isto é, em geral se consegue observar indivíduos de uma mesma coorte em anos distintos, o que é mais simples do que observar o mesmo indivíduo ao longo do tempo. Além disso, como a informação de coorte se refere à média, ou a outro momento da distribuição, diminui-se o erro da medida oriundo das informações de um mesmo indivíduo acompanhado em momentos distintos. Uma outra vantagem vem da possibilidade de se usar mais de uma base de dados ao mesmo tempo, o que é inviável com dados longitudinais.

Uma análise baseada em pseudopainéis apresenta potencialmente dois problemas. O primeiro está na escolha do atributo a ser analisado, que tem de ser fixo. Existem atributos que mudam ao longo do tempo, tais como posição na família e educação do jovem. Por exemplo, aquele que ocupa a posição de chefe nesta década, não necessariamente ocupou a mesma posição nas décadas anteriores. Assim sendo, devemos escolher características fixas, como gênero e raça. O segundo problema é que existem diferenciais de mortalidade entre as características analisadas, como homens e mulheres, brancos e negros, pobres e não-pobres.

O segundo problema encaixa-se perfeitamente no nosso grupo de análise. Observamos que as mulheres vivem mais do que os homens, que a proporção de negros e pardos diminui com o passar da idade e que o nível de pobreza entre os idosos também é menor do que no restante da população.

Em outras palavras, existem diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres. Em geral, as mulheres vivem mais do que os homens, representando 55,05% da população com mais de 60 anos de idade no Brasil. Existe também um nítido diferencial no binômio mortalidade/fecundidade entre negros e brancos. Na população total, os negros e pardos representam 44,65%. Entre os jovens com

GRÁFICO 6  
BRASIL: PROPORÇÃO DE NEGROS E PARDOS, POR GRUPOS DE IDADE — 2000



Fonte: CPS/lbre/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE.

idade de 15 a 19 anos essa proporção é ainda maior: 48,21%. Por outro lado, na população com mais de 60 anos essa percentagem apresenta uma forte queda: 37,51%. Os dados de coorte apenas nos informam essa queda, mas uma explicação para esse fato é que os negros, em geral, tendem a ser mais pobres que os brancos, em função da forte desigualdade racial persistente, e, logo, tendem a viver menos, pois possuem menos recursos que lhes possibilitem desfrutar de uma vida mais longa.

### 3 ATIVOS E CICLO DA VIDA

#### 3.1 Tipologia de Capital

A disponibilidade de novas fontes de dados fornece condições inéditas, no caso brasileiro, para traçar um perfil de acesso a diferentes ativos para os idosos. A conjunção de diferentes pesquisas de domicílio proporciona uma visão ampla da posse de ativos. No Apêndice encontra-se uma descrição das principais bases de dados utilizadas. Nossa estratégia é comparar o acesso a diferentes ativos entre os chefes de domicílio por grupos de idade. Busca-se, dessa forma, identificar algumas características comportamentais das famílias que contêm idosos com relação à acumulação de ativos. É importante ressaltar que, sempre que possível, utilizamos dados do Brasil como um todo, porém, em alguns casos, nos restringimos às seis principais regiões metropolitanas abordadas no Suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego (PME): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A análise da posse de recursos está inicialmente estruturada em três grupos:

- capital físico (bens duráveis, moradia e serviços públicos);
- capital humano (escolaridade, educação técnica, experiência e treinamento); e
- capital social (emprego, sindicatos e associações, participação política e estrutura familiar).

As duas primeiras categorias são, conceitualmente, mais fáceis de quantificar tanto em termos de posse quanto em termos de retornos de ativos. A literatura sobre educação é um dos bons exemplos de sucesso nos trabalhos empíricos aplicados no Brasil. Por outro lado, a literatura sobre o acesso dos indivíduos a diferentes tipos de capital físico é quase inexistente.<sup>1</sup> O acesso a bens e serviços públicos básicos, como abastecimento de água, esgoto, eletricidade e coleta de lixo, pode ser medido diretamente usando pesquisas-padrão domiciliares; no entanto, os seus

---

1. A exceção pode ser a literatura sobre acesso a terra [Ganziroli (1992) e Silva (1987)] e moradia [Prado e Pelin (1993) e Lucena (1985)].

retornos privados e sociais não são diretamente calculados. Considerações similares são válidas, também, para as taxas de acesso e de retorno do chamado capital social.

### 3.2 Capital Físico

Começamos a abordagem estática analisando as relações entre diferentes idades e taxas de acesso aos diversos tipos de capital físico, como moradia, bens duráveis e serviços públicos, levantadas pelo Censo Demográfico.

#### 3.2.1 Moradia

A Tabela 1 mostra que o acesso a casa própria quitada aumenta à medida que a população envelhece. As maiores taxas são observadas nas faixas etárias acima de 60 anos. Em contrapartida, as taxas de acesso a casa própria financiada, alugada ou cedida, geralmente decrescem ao longo dos grupos etários analisados. Isso pode ser explicado pelo fato de a compra de imóveis geralmente ocorrer quando os indivíduos são jovens e estão constituindo família. O acesso a moradia entre os idosos é dividido da seguinte maneira: 82% moram em casa própria já paga e 13%, em casas alugadas ou cedidas. Essas estatísticas para população total brasileira correspondem, em média, a 69% e 22%, respectivamente.

Analisando os dados do tipo de moradia percebemos que as taxas de acesso a apartamento, pela população acima de 60 anos, giram em torno de 9%, taxas mais altas do que para o restante da população (7%). É provável que isso se deva a maiores dificuldades por parte da população idosa em manter/cuidar de uma casa.

Uma linha complementar de pesquisa compara a qualidade de moradia nos diferentes segmentos etários. Observando o acesso a banheiros no domicílio verificamos que 83% dos idosos possuem pelo menos um banheiro no domicílio, comparado a 80% observados para a população total. Quanto ao número médio de banheiros, os dois grupos não se diferenciam muito: 1,2 nos domicílios com idosos comparados a 1,1 na população total. Apesar da pequena diferença, o primeiro grupo encontra-se em uma situação mais confortável, uma vez que o número de pessoas na família é menor: 3,0 pessoas contra 4,2. Restringindo a análise àqueles que têm três banheiros ou mais, também observamos melhores indicadores na população com 60 anos ou mais; 8% desse grupo encontram-se nessa condição comparados a 6% na população total.

Numa perspectiva de direitos de propriedade fundiários, observamos taxas mais altas de ocupação em terrenos próprios na população acima de 60 anos: 81%, em comparação com os 69% observados na população total.

TABELA 1  
**PERFIL DE POSSE DE ATIVOS POR GRUPO DE IDADE: CAPITAL FÍSICO — POPULAÇÃO BRASILEIRA, 2000**  
 [em %]

	Total	Grupos etários																	
		60 ou mais	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 ou mais
		Acesso a moradia																	
Casa	90,82	89,56	92,40	93,14	93,20	92,38	90,41	89,39	89,42	89,10	88,85	88,95	89,51	90,18	90,53	89,93	89,05	88,63	87,98
Apartamento	7,43	8,83	5,21	5,07	5,45	6,19	7,32	8,28	8,64	9,31	9,73	9,79	9,24	8,53	8,16	8,65	9,44	9,62	9,19
Domicílio alugado	12,15	7,01	14,52	11,78	10,34	11,17	14,92	16,41	14,72	13,24	11,98	10,62	9,15	7,88	7,14	6,93	6,91	7,00	7,01
Domicílio cedido	9,63	6,13	13,52	11,87	9,96	8,84	10,08	11,01	10,48	9,41	8,14	7,18	6,52	6,40	6,04	5,93	5,99	6,35	6,75
Domicílio próprio pago	69,49	81,30	63,09	67,40	70,98	71,64	66,56	63,12	64,63	67,08	69,90	72,92	76,22	78,78	80,65	81,58	82,03	81,83	80,73
Domicílio próprio pagando	6,67	3,75	6,30	6,64	6,73	6,49	6,22	7,09	8,00	8,28	8,17	7,58	6,50	5,34	4,61	3,93	3,40	2,92	2,55
		Condição de ocupação do terreno																	
Terreno próprio	69,13	80,55	60,12	65,18	69,77	71,21	65,94	62,88	65,22	68,55	71,91	74,97	77,61	79,23	80,53	80,98	81,17	80,51	78,79
Terreno cedido	4,55	2,85	6,25	5,94	5,22	4,41	4,36	4,77	4,80	4,35	3,83	3,38	3,09	2,98	2,91	2,84	2,70	2,78	3,00
		Qualidade da moradia																	
Acesso a banheiro	80,47	82,85	73,13	74,47	76,17	79,04	80,84	82,54	84,04	85,16	85,79	85,55	84,82	83,19	83,14	83,54	83,78	82,61	79,51
Número médio de banheiros	1,06	1,17	0,88	0,92	0,98	1,05	1,07	1,05	1,07	1,13	1,19	1,22	1,22	1,18	1,17	1,17	1,18	1,16	1,14
Um banheiro	60,68	57,06	61,19	60,66	59,07	58,87	61,33	65,24	65,71	63,33	60,83	58,19	57,11	56,66	57,48	58,00	57,60	56,88	53,48
Dois banheiros	13,83	17,85	8,87	10,06	12,10	13,94	13,35	12,45	13,45	15,43	17,06	18,14	18,27	17,79	17,70	17,85	18,28	17,87	17,55
Três ou mais	5,96	7,93	3,07	3,74	5,00	6,23	6,16	4,85	4,87	6,40	7,90	9,22	9,44	8,74	7,96	7,69	7,90	7,86	8,48

(continua)

(continuação)

	Total	Grupos etários																	
		60 ou mais	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 ou mais
Acesso a bens duráveis																			
Geladeira ou freezer	81,52	82,85	73,69	76,32	78,46	80,44	81,10	83,23	85,08	86,27	86,88	86,72	85,86	84,10	84,02	83,94	83,67	81,67	77,60
Rádio	87,20	85,81	82,10	84,76	86,71	87,79	86,83	87,20	88,62	89,89	90,65	90,71	90,14	88,74	87,67	86,68	85,64	84,10	81,25
TV	86,17	85,23	81,24	83,07	84,42	85,82	86,32	87,71	88,78	89,41	89,73	89,33	88,52	86,87	86,46	86,11	85,66	84,17	80,69
Máquina de lavar	31,58	34,18	23,52	25,81	28,37	30,39	29,90	30,46	33,08	36,49	38,74	39,78	39,13	36,91	35,45	35,01	34,60	32,70	30,09
Microondas	17,97	17,74	12,50	13,19	15,09	17,09	18,02	18,45	19,34	21,28	23,02	24,39	23,89	21,75	19,57	18,14	17,40	15,82	14,64
Telefone	37,11	44,12	24,95	28,41	32,55	36,09	35,73	35,37	38,31	42,43	45,85	47,75	47,56	45,45	44,70	44,49	44,90	43,44	41,31
Microcomputador	10,20	7,99	5,42	6,67	9,27	11,27	10,85	9,63	9,99	12,41	14,79	15,94	14,67	11,87	9,30	7,88	7,24	6,84	7,11
Automóvel	32,03	29,53	24,02	26,55	28,77	30,19	30,47	32,24	35,43	38,37	40,03	41,16	40,10	37,03	33,76	30,72	28,05	25,04	23,02
Número médio de automóveis	0,40	0,37	0,28	0,31	0,34	0,38	0,40	0,40	0,43	0,46	0,50	0,54	0,54	0,50	0,44	0,39	0,35	0,31	0,29
Um automóvel	25,45	23,09	20,56	22,53	23,77	23,67	22,86	25,71	29,27	31,27	31,47	30,64	28,84	27,08	25,65	24,11	22,46	20,28	18,24
Dois automóveis	5,34	5,11	3,05	3,58	4,36	5,25	5,55	4,97	5,22	6,27	7,35	8,33	8,37	7,39	6,27	5,31	4,57	3,88	3,78
Três ou mais	1,24	1,33	0,40	0,44	0,64	1,26	2,06	1,57	0,93	0,83	1,20	2,19	2,89	2,56	1,83	1,30	1,02	0,87	1,00
Ar condicionado	6,76	7,72	4,73	4,99	5,62	6,18	6,15	6,32	7,08	8,26	8,95	9,41	9,14	8,46	7,94	7,82	7,70	7,53	7,22
Número médio de ar condicionados	0,10	0,12	0,07	0,07	0,08	0,10	0,09	0,09	0,10	0,12	0,13	0,15	0,14	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11	0,11
Um ar condicionado	4,42	4,92	3,39	3,41	3,60	3,82	3,88	4,40	5,08	5,57	5,70	5,73	5,50	5,18	5,02	5,01	4,95	4,84	4,55
Dois ar condicionados	1,39	1,64	0,86	0,99	1,19	1,31	1,24	1,15	1,32	1,72	1,95	2,12	2,02	1,85	1,70	1,64	1,59	1,60	1,57
Três ou mais	0,95	1,16	0,48	0,59	0,82	1,04	1,03	0,76	0,69	0,96	1,29	1,56	1,61	1,44	1,22	1,17	1,15	1,09	1,10

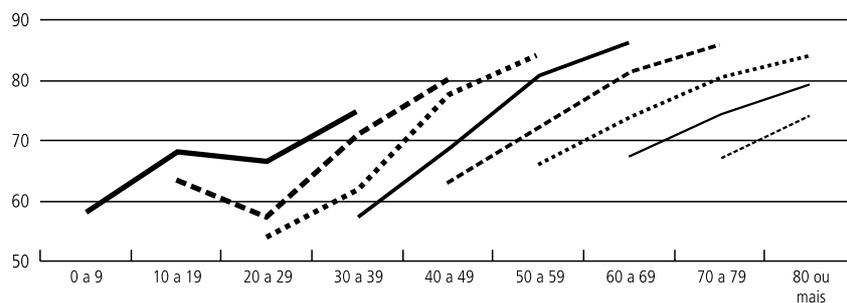
(continua)



### – Análise de coorte

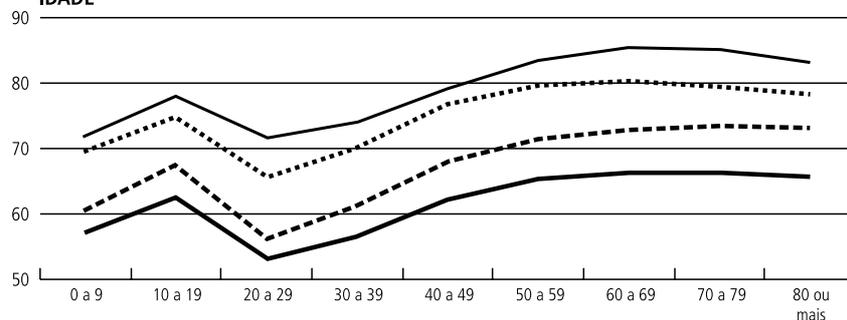
A proporção de indivíduos que possuem casa própria aumenta ao longo de diferentes estágios do ciclo da vida. Por exemplo, em 2000, 85% da população com mais de 60 anos possuíam casa própria. Nesse ano, a faixa etária de 60 a 69 anos tinham a mais elevada taxa de acesso (85,3%). A proporção comparável foi de 57% em 1970 quando a mesma geração estava no grupo etário de 30 a 39 anos de idade. Ao restringirmos a análise à população com casa própria não-quitada (informação não-disponível em 1991), notamos que a evolução da taxa de acesso através de diferentes coortes não é muito definida. De uma forma geral, possui um formato de U invertido, decrescendo nos últimos estágios do ciclo da vida. Em contrapartida, é possível observar que a proporção de acesso à casa alugada cai ao longo dos anos, observando uma queda contínua a partir da faixa etária de 30 a 39 anos. Esse grupo, que em 1970 apresentava uma taxa de 18,8%, em 2000 (com 60 a 69 anos) apresentou uma de 7%.

GRÁFICO 7  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A DOMICÍLIO PRÓPRIO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/Ibre/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE.

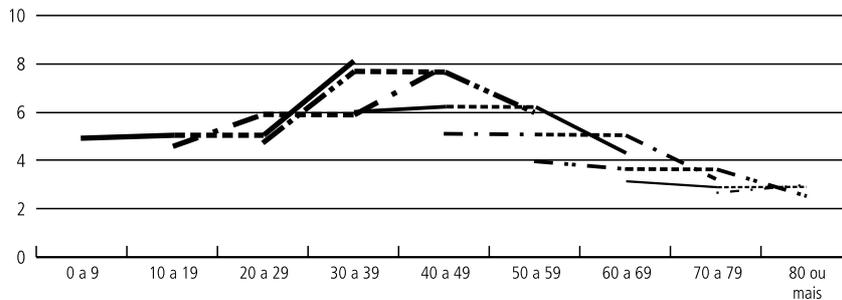
GRÁFICO 8  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A DOMICÍLIO PRÓPRIO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/Ibre/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE.

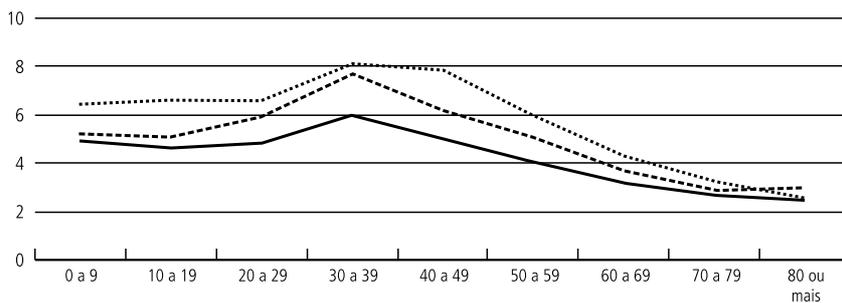
— 1970 — 1980 ..... 1990 — 2000

GRÁFICO 9  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A DOMICÍLIO PRÓPRIO PAGANDO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE.

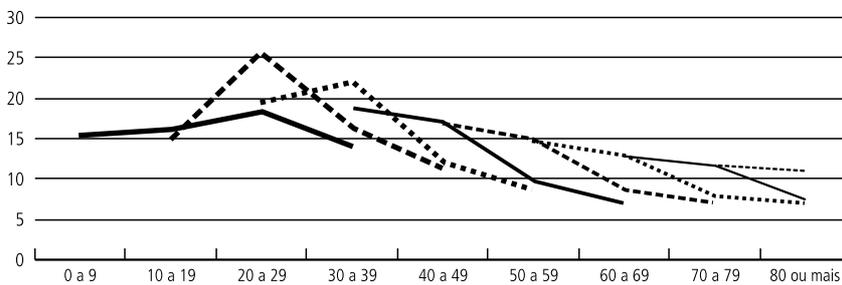
GRÁFICO 10  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A DOMICÍLIO PRÓPRIO PAGANDO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico/IBGE.

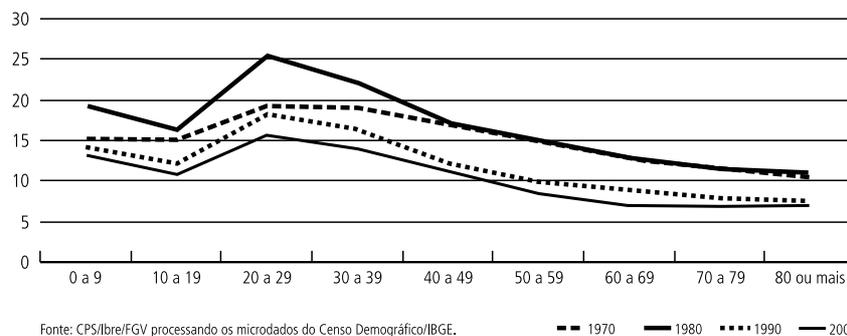
— 1970    - - - 1980    ..... 2000

GRÁFICO 11  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A DOMICÍLIO ALUGADO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

GRÁFICO 12  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A DOMICÍLIO ALUGADO, POR GRUPOS DE IDADE



### 3.2.2 Bens duráveis

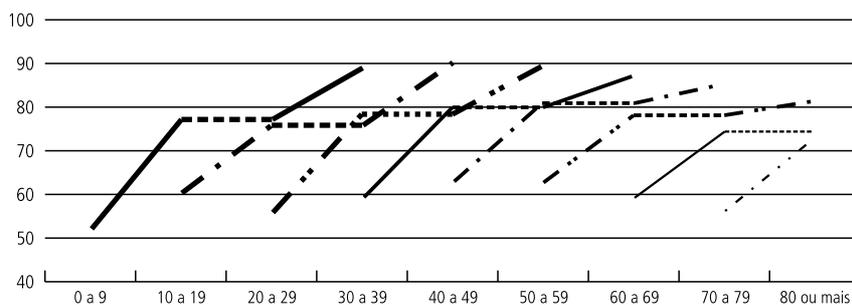
De acordo com a Tabela 1, as taxas de acesso aos bens duráveis não apresentam grandes distinções por grupos de idade quando analisamos o acesso a bens básicos ou que foram introduzidos na sociedade brasileira há mais tempo, como: geladeira ou freezer (83% entre os idosos e 82% entre a população total), rádio (86% e 87%) ou televisão (85% e 86%). Por outro lado, os produtos considerados de luxo e introduzidos mais recentemente não foram completamente assimilados pelos idosos. A taxa de acesso a bens duráveis tais como máquina de lavar, microondas, automóvel, ar-condicionado e microcomputador apresentam, em geral, um formato de U invertido, crescente na meia idade, porém caindo nas faixas etárias mais altas.

#### – Análise de coorte

Através dos dados censitários disponíveis desde 1970, é possível analisar a evolução no acesso a bens duráveis entre as gerações. O acesso a alguns bens duráveis, considerados importantes meios de comunicação, como rádio e televisão, não pode ser medido no ano de 1990, devido a problemas metodológicos. Abordaremos, assim, o acesso em três pontos do tempo: 1970, 1980 e 2000. As taxas de acesso a rádio e televisão crescem ao longo das gerações. Um exemplo disso pode ser visto se focarmos nossa análise, por exemplo, na coorte de 60 a 69 anos que tinha acesso a televisão em 2000. Essa taxa foi de 87%, mas quando essa mesma geração tinha entre 30 e 39 anos em 1970, apenas 26% tinham acesso a televisão. Avaliamos também as taxas de acesso a telefone, que estão disponíveis somente a partir de 1980. Notamos um acesso crescente a esse meio de comunicação em todas as gerações, principalmente no último período analisado (1990 e 2000), quando as linhas são mais verticais.

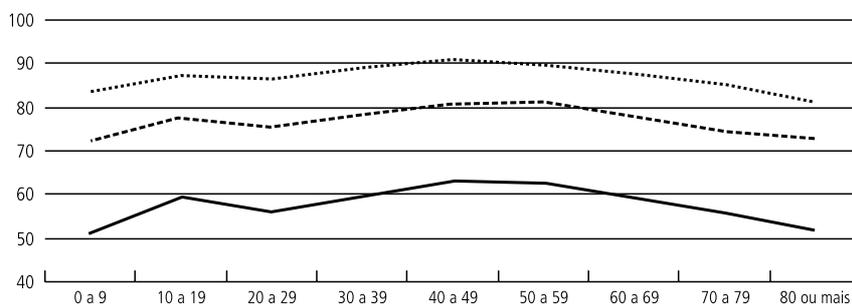
O censo nos permite captar, também, a evolução ao acesso a bens de luxo, como, por exemplo, as taxas de acesso a automóvel, que pode ser utilizado como um bom indicador de riqueza. De acordo com os Gráficos 19 e 20, as taxas crescem ao longo das diferentes coortes, principalmente nos grupos mais jovens. Dentre aqueles que tinham de 30 a 39 anos, em 1970, 11% possuíam automóvel. Quando olhamos essa mesma geração no ano de 1980 (com 40 a 49 anos) a referida taxa sobe para 23%; dez anos depois, quando estavam na faixa de 50 a 59 anos, o percentual de acesso era de 28%; e quando atingiram a faixa dos 60 anos a taxa alcançou 33%.

GRÁFICO 13  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A RÁDIO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

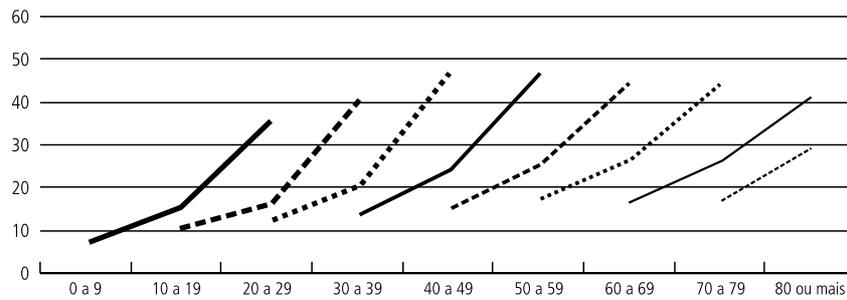
GRÁFICO 14  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A RÁDIO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

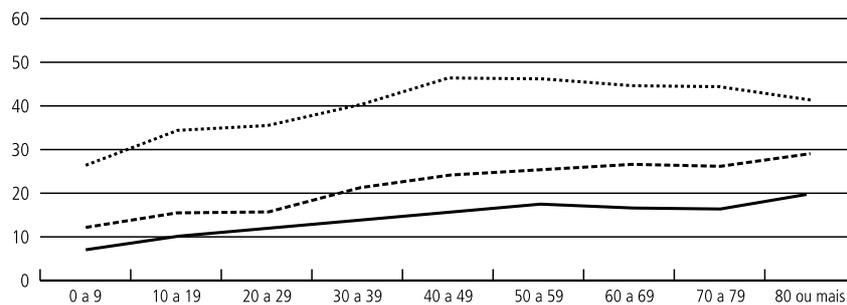
— 1970    - - - 1980    ..... 2000

GRÁFICO 15  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A TELEFONE, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

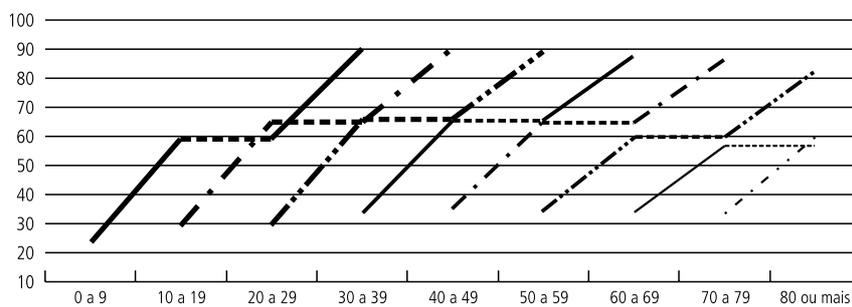
GRÁFICO 16  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A TELEFONE, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

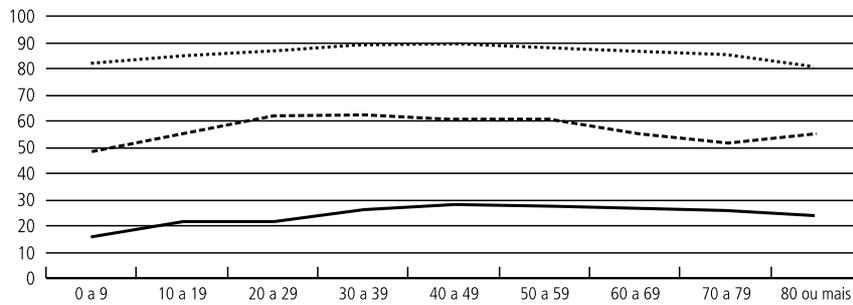
— 1980    - - - 1990    ..... 2000

GRÁFICO 17  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A TELEVISÃO, POR GRUPOS DE IDADE



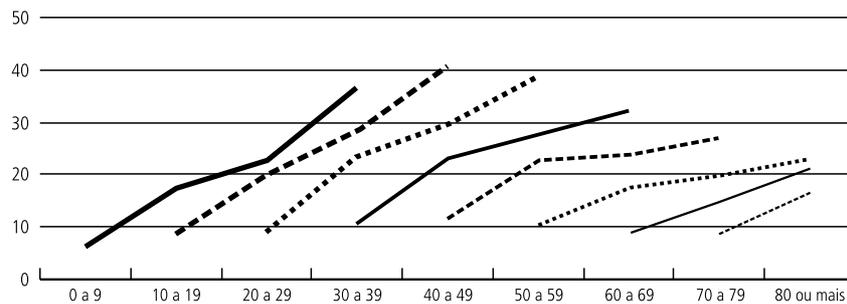
Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

GRÁFICO 18  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A TELEVISÃO, POR GRUPOS DE IDADE



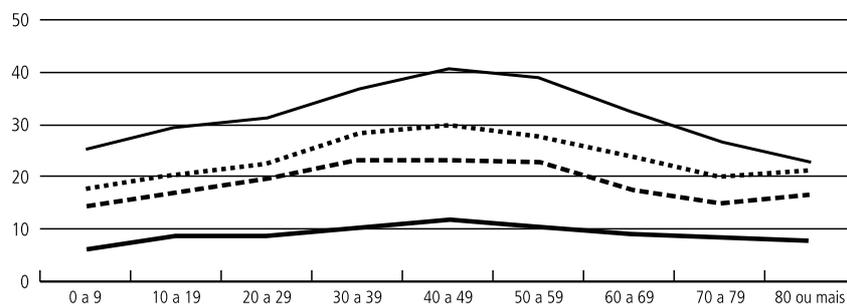
Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE. — 1970 - - - 1980 ..... 2000

GRÁFICO 19  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A AUTOMÓVEL, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

GRÁFICO 20  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A AUTOMÓVEL, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE. — 1970 - - - 1980 ..... 1990 — 2000

### 3.2.3 Serviços públicos

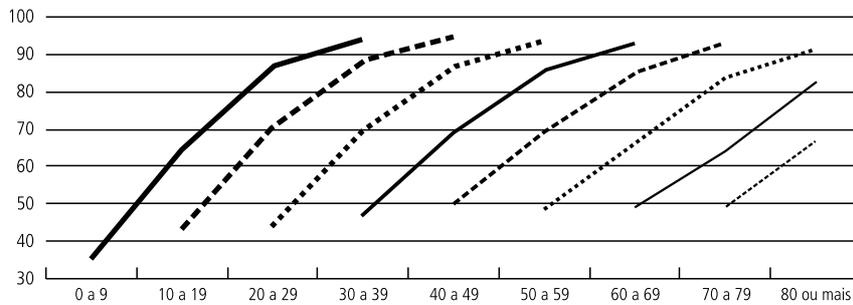
O acesso a bens e serviços públicos básicos, como água, esgoto, coleta adequada de lixo e eletricidade, pode ser diretamente medido pelas pesquisas-padrão de domicílio, como os censos demográficos.

Analisando a situação em 2000, verificamos que o acesso a rede geral de água tornou-se praticamente uniforme entre os diversos grupos da população (77% entre os idosos e 75% na população total). A proporção de domicílios com água canalizada foi de aproximadamente 83% entre os idosos e de 80% na população total. O acesso a rede de esgoto ainda não está generalizado, ou seja, menos da metade da população brasileira tem esse serviço (49% entre idosos e 44% na população total). Quando analisamos o acesso a coleta de lixo, as taxas giram em torno de 70% tanto no grupo dos idosos quanto na população total. O acesso a iluminação elétrica atinge mais de 90% da população em todas as faixas de idade, diferentemente de 30 anos atrás, quando o acesso era menos igualitário entre jovens e idosos. Essas taxas foram se aproximando com o passar dos anos.

#### – Análise de coorte

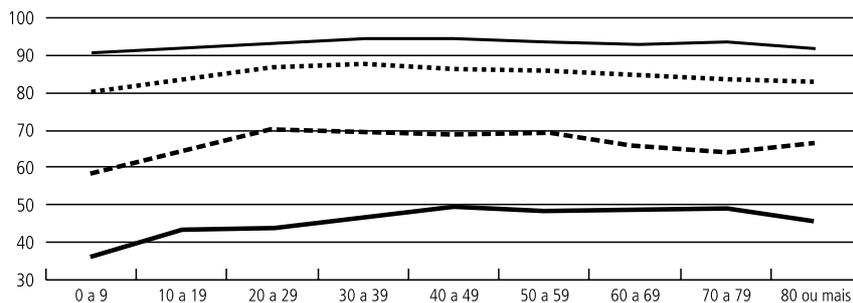
Taxas de acesso a diferentes serviços públicos crescem substancial e homoganeamente ao longo do ciclo da vida de diferentes coortes durante o período de 1970 a 2000. Durante esse período, por exemplo, como o Gráfico 22 mostra, a taxa de acesso a eletricidade para a geração com 60 anos ou mais aumentou de 49% em 1970 para mais de 93% em 2000. Se analisarmos um subgrupo específico, como por exemplo o de 70 a 79 anos, percebemos que em 2000 esse serviço abrangia 91% dessa população, situação muito melhor do que há três décadas, quando a eletricidade só alcançava 49% dessa mesma população com 40 a 49 anos. Outro serviço que merece destaque é o acesso a abastecimento de água, que aumentou de forma significativa entre os anos estudados. Um exemplo disso pode ser visto analisando a geração com mais de 80 anos em 2000. A sua taxa de acesso foi de 76%, um pouco mais do que o dobro da taxa observada quando essa população tinha entre 50 e 59 anos em 1970. Assim como para eletricidade e água, podemos observar comportamentos semelhantes para o acesso a esgoto e coleta de lixo, nos Gráficos 25 a 28. Vale ressaltar que dados sobre o acesso a coleta de lixo estão disponíveis apenas para os anos 1990 e 2000. Essas informações evidenciam que houve grande melhora na qualidade de vida dos idosos ao longo das décadas, assim como para os demais grupos etários.

GRÁFICO 21  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, POR GRUPOS DE IDADE



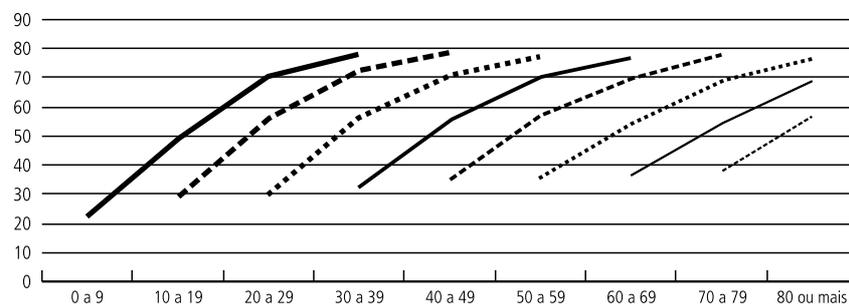
Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

GRÁFICO 22  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE. — 1970 — 1980 — 1990 — 2000

GRÁFICO 23  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A REDE GERAL DE ÁGUA, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

GRÁFICO 24  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A REDE GERAL DE ÁGUA, POR GRUPOS DE IDADE

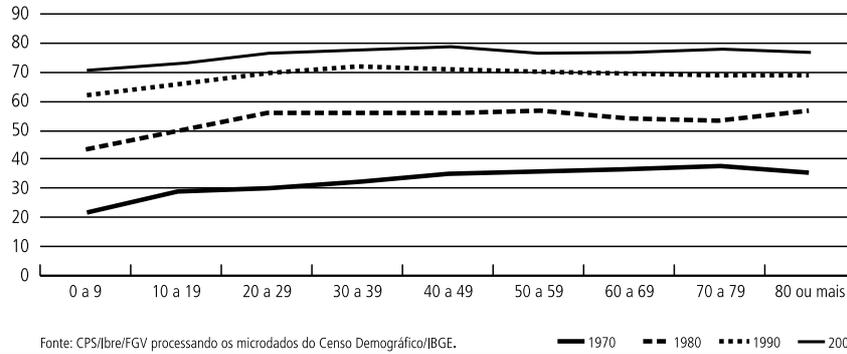


GRÁFICO 25  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A REDE GERAL DE ESGOTO, POR GRUPOS DE IDADE

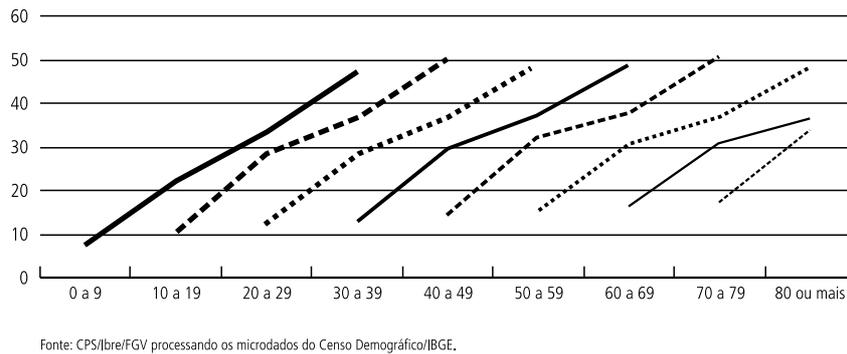


GRÁFICO 26  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A REDE GERAL DE ESGOTO, POR GRUPOS DE IDADE

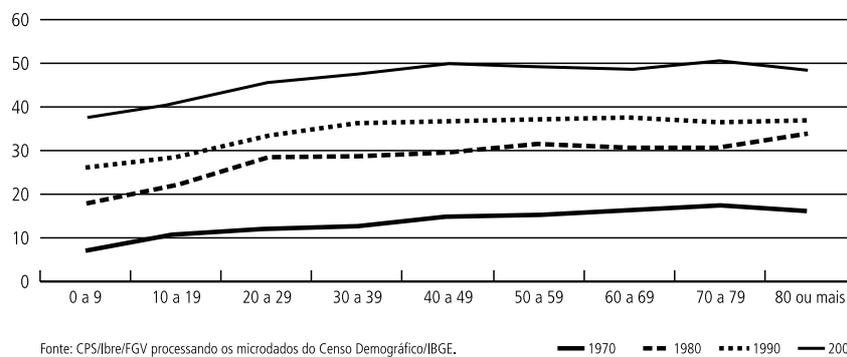
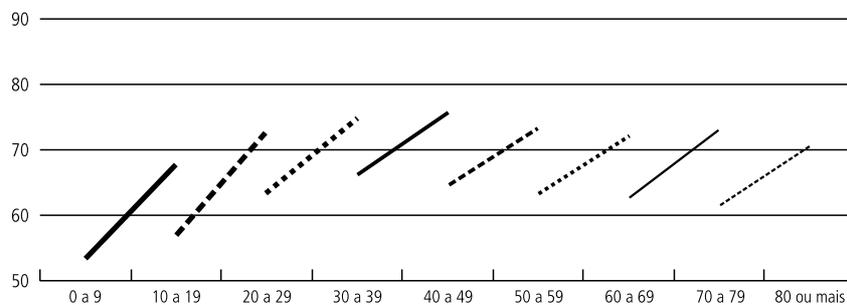
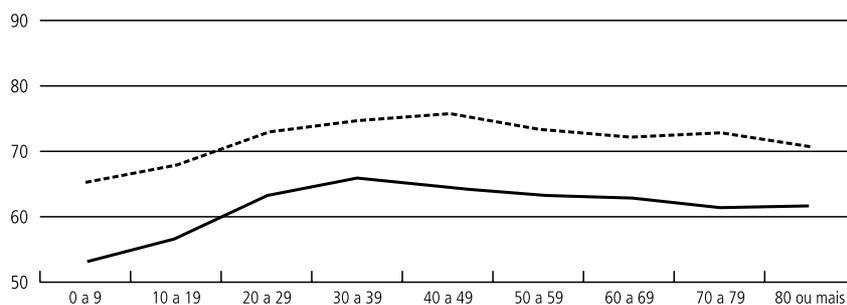


GRÁFICO 27  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A COLETA DE LIXO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

GRÁFICO 28  
BRASIL: PROPORÇÃO DE ACESSO A COLETA DE LIXO, POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

— 1990 --- 2000

### 3.3 Capital Humano

A literatura sobre educação formal é um dos melhores exemplos da literatura empírica aplicada aos estudos do acesso a capital humano no Brasil. O acesso a retornos de educação e seus principais determinantes, a provisão de educação como um bem público, a evasão de crianças da escola, educação e desigualdade, a influência de variáveis comunitárias, o acesso a escolas de qualidade têm sido analisados em detalhes por vários estudos no Brasil.<sup>2</sup>

#### 3.3.1 Anos completos de estudo

Um exemplo do retorno da educação no caso da população idosa, que tem menor escolaridade e observado na Tabela 2 que apenas 5,54% têm mais de 12 anos

2. Em particular, ver o trabalho de Barros (1996).

TABELA 2  
BRASIL: EDUCAÇÃO: PROPORÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE — 2000

	Número de pessoas	Composição vertical (%)	Renda média <i>per capita</i>
Anos de estudo			
Sem instrução ou menos de 1 ano	42.340.658	25,07	150,16
1 a 3	31.099.267	18,41	160,47
4 a 7	46.658.164	27,63	224,11
8 a 11	38.213.277	22,63	415,01
12 ou mais	9.361.227	5,54	1.319,10
Ignorado	1.209.078	0,72	181,81

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.

TABELA 3  
BRASIL: EDUCAÇÃO: NÍVEL DE EDUCAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA — 2000

Nível de educação	Idade												
	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59
Até 3 anos de estudo	43,49	100,00	99,75	43,93	15,06	16,29	18,78	21,66	23,59	26,43	32,20	39,78	47,47
12 ou + anos	5,54	0,00	0,00	0,00	1,03	8,62	9,78	10,01	11,08	11,40	11,19	9,57	7,20

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.

completos de estudo. No entanto, conseguem um nível de renda *per capita* 412% superior ao conjunto da população de idosos.

Olhando por todo o espectro etário até os 25 anos, em média, os indivíduos ainda estão estudando e acumulando capital humano. A média de anos de estudo da população total, pelos dados do Censo de 2000, é de 4,81. Os que estão na faixa de 20 a 24 anos são os que apresentam as taxas mais altas de escolaridade. Após essa faixa, o nível de escolaridade vai caindo conforme a idade. Aqueles que têm mais de 60 anos de idade têm um baixo nível de escolaridade, apenas 3,3 anos de estudo. Entre os que têm mais de 80 anos a escolaridade é ainda mais baixa: apenas 2,4 anos. Apesar do baixo nível de estudo dos brasileiros, e dos idosos em particular, observamos que a situação melhorou entre 1970 e 2000. Em 1970, por exemplo, a escolaridade média dos brasileiros era de apenas 2,4 anos. Essa média evoluiu para 3,21 em 1980, e para 4,18 em 1990. Enfocando nosso grupo de interesse aqueles com 60 anos ou mais — observamos que em 1970 a escolaridade

TABELA 4  
**BRASIL: EDUCAÇÃO MÉDIA, POR FAIXAS ETÁRIAS — 1970, 1980, 1990 E 2000**

Faixas etárias	1970	1980	1990	2000
Total	2,4	3,21	4,18	4,81
60 ou mais	1,77	1,95	2,53	3,30
0 a 4	0,00	0,00	0,00	0,00
5 a 9	0,34	0,25	0,71	0,52
10 a 14	2,21	2,37	3,34	3,77
15 a 19	3,47	4,47	5,50	6,72
20 a 24	3,66	5,11	6,28	7,48
25 a 29	3,3	4,95	6,41	7,24
30 a 34	3,01	4,41	6,08	6,95
35 a 39	2,76	3,77	5,51	6,83
40 a 44	2,61	3,35	4,84	6,49
45 a 49	2,41	3,09	4,17	5,95
50 a 54	2,16	2,83	3,68	5,2
55 a 59	2,09	2,52	3,27	4,42
60 a 64	1,88	2,23	2,93	3,83
65 a 69	1,85	1,93	2,57	3,42
70 a 74	1,72	1,78	2,29	3,14
75 a 79	1,69	1,67	2,09	2,82
80 ou mais	1,32	1,66	1,89	2,40

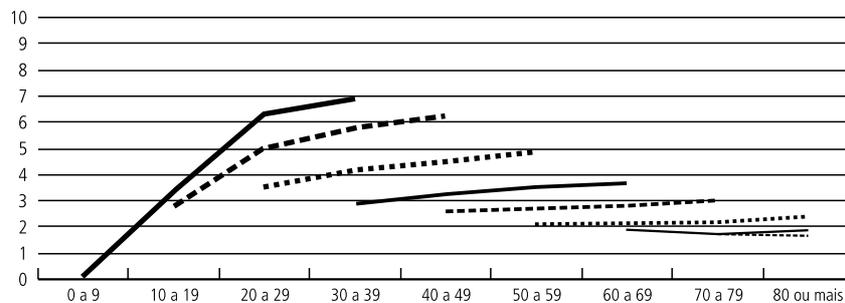
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados dos Censos 1970.1980.1991 e 2000.

média dessa coorte era de 1,77 ano, aumentou para 1,95 em 1980, 2,53 em 1990 e 3,30 em 2000. Apesar de lenta, percebemos algum avanço nessas três décadas analisadas. Quer dizer, a média de anos de estudo daqueles com mais de 60 anos cresceu em quase um ano. Esse crescimento é pequeno, se comparado, por exemplo, à faixa de 20 a 24 anos de idade.

#### – Análise de coorte

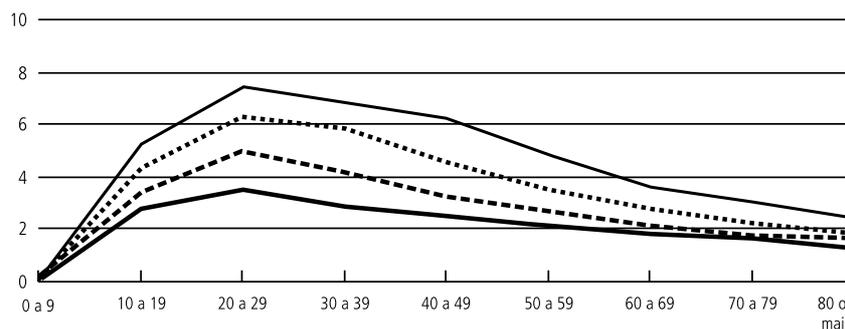
Os Gráficos 29 e 30 apresentam o perfil estático da média de anos de estudo da população em várias faixas etárias nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Observamos que as linhas estão sistematicamente uma acima da outra, o que indica a

GRÁFICO 29  
BRASIL: ESCOLARIDADE MÉDIA, POR FAIXAS ETÁRIAS



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

GRÁFICO 30  
BRASIL: EVOLUÇÃO DO ACESSO A EDUCAÇÃO, POR FAIXAS ETÁRIAS



Fonte: CPS/lbre/FGV processando os microdados dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

ocorrência de melhoras paulatinas ao longo do tempo na escolaridade de todos os grupos etários. Em 1970, a escolaridade mais alta da população brasileira era de 3,66 anos, observada na faixa etária de 20 a 29 anos. Em 1980 a escolaridade mais alta evoluiu para 5,11 anos, também na faixa de 20 a 29 anos e em 2000 o nível educacional mais alto é de 7,48 anos para a mesma faixa etária. A escolaridade dos que têm mais de 60 também evoluiu nesses 30 anos.

Podemos, através dos dados de coorte, comparar o nível de escolaridade entre gerações, ou seja, como era o acesso à educação entre os idosos de 1970 e como se dá esse acesso entre os idosos de hoje. No Gráfico 29, podemos observar essa trajetória ao longo dos anos. Percebemos que depois dos 30 anos a escolaridade evoluiu pouco para uma dada geração. Isso significa que, nesse caso, podemos analisar a sua evolução por geração usando a última pesquisa transversal disponível.

### 3.3.2 Dados da PME

Uma outra forma de captar diferenças educacionais entre gerações é fazer inferências a partir de questões retrospectivas das pesquisas domiciliares sobre a escolaridade da mãe e do pai. Isso pode ser feito a partir dos dados do Suplemento PME de 1996. O Gráfico 31 apresenta o perfil estático da proporção de indivíduos, ao longo dos diferentes grupos etários, que alcançaram um grau de escolaridade (isto é, alfabetização, ensino médio completo, incompleto etc.) estritamente superior ao de seus pais.

As linhas que comparam o grau de escolaridade dos indivíduos com suas respectivas mães estão um pouco acima das linhas referentes à comparação paterna. Isso mostra que a escolaridade das mães é, em geral, um pouco inferior à dos pais. A proporção de pessoas com educação superior ao seu pai decresce monotonicamente de 79% no grupo etário de 15 a 20 anos para 25% entre os de 60 a 65 anos. Note-se que a estatística se refere a graus e não a séries estritamente superiores (por exemplo: primeiro grau completo, primeiro grau incompleto, e assim por diante). Esse movimento indica uma aceleração da expansão do nível educacional quando comparada com a geração dos seus pais nos últimos 40 anos. Observa-se que a proporção de pessoas com grau de escolaridade estritamente superior à da mãe ou do pai é menor entre os grupos mais idosos, indicando crescente aceleração da expansão educacional.

GRÁFICO 31  
BRASIL: PROPORÇÃO DE PESSOAS CUJO NÍVEL DE EDUCAÇÃO É SUPERIOR AO DOS PAIS,  
POR FAIXAS ETÁRIAS

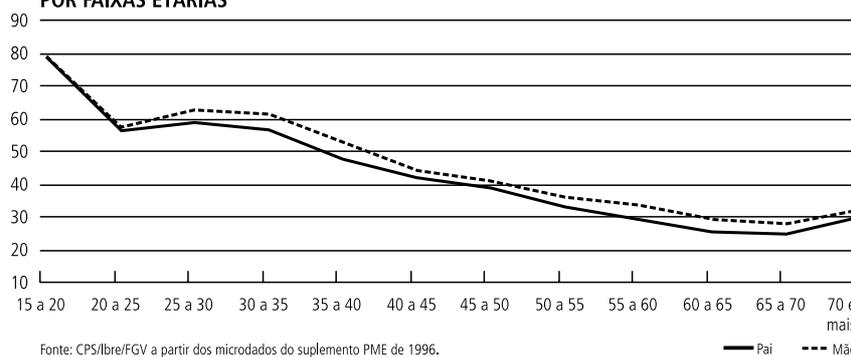


TABELA 5  
BRASIL: PERFIL DA POSSE DE ATIVOS: AS SEIS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS - 1996  
POPULAÇÃO TOTAL

	TOTAL	> 60	15-20	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	60-65	65-70	>70
Escolaridade estritamente maior que														
Pai	43,54	26,71	78,95	56,36	58,69	56,62	48,14	41,68	38,93	33,32	29,60	25,20	24,87	30,07
Mãe	46,38	29,87	78,96	57,45	62,29	60,95	52,82	44,00	41,46	35,64	33,39	29,26	27,95	32,40
Capital humano específico														
Fez curso técnico equivalente ao 2º grau	13,01	7,62	12,62	10,45	16,93	21,58	18,72	14,90	15,95	12,38	9,66	8,26	7,45	7,16
Acredita que para estar na mesma posição nos próximos cinco anos é necessário maior conhecimento	59,03	45,10	73,75	69,46	67,25	67,10	64,28	63,40	60,91	54,74	52,15	44,94	46,51	43,84
Encontrou dificuldades para adaptar a novos equipamentos														
1991	15,24	15,90	3,63	17,02	13,17	14,78	16,20	16,18	16,40	20,72	17,07	19,73	13,00	14,96
1996	17,40	21,30	15,86	14,50	12,42	14,53	16,71	16,55	18,69	18,66	16,95	15,91	22,34	25,65
Sindicatos e associações não-comunitárias														
Membros ou associados														
Total	23,16	13,53	17,03	23,72	27,80	29,00	30,23	32,37	31,02	25,78	20,34	18,24	13,86	8,51
Ocupados	28,32	24,39	19,54	26,00	29,30	30,54	31,92	35,34	34,97	31,01	28,09	29,27	24,35	19,56

(continua)

(continuação)

	TOTAL	> 60	15-20	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	50-55	55-60	60-65	65-70	>70
Participa de pelo menos uma reunião por ano	3,94	2,25	3,13	2,99	4,20	4,33	5,05	5,60	5,89	5,38	3,96	4,16	1,82	0,76
Participa de pelo menos quatro reuniões por ano	2,78	1,71	1,56	1,80	2,96	2,93	4,18	4,24	3,97	3,77	2,84	3,28	1,45	0,40
Não é membro hoje, mas foi nos últimos cinco anos	13,66	8,63	6,54	15,07	19,98	20,20	18,69	17,98	15,93	13,25	10,34	12,07	8,62	5,20
Associações comunitárias														
Associados	12,67	12,79	13,99	11,26	10,40	11,05	12,01	12,55	13,46	14,47	14,48	13,63	11,45	13,28
Participa de pelo menos uma reunião por ano	10,04	10,13	12,51	9,62	8,17	8,43	9,35	8,93	10,36	11,36	11,40	11,55	9,02	9,82
Membro de associações de moradores	24,77	18,92	17,95	23,64	28,86	26,79	26,87	34,06	27,28	24,72	30,39	18,81	20,30	17,64
Associações religiosas	39,96	50,91	37,56	45,76	37,48	29,61	34,03	25,90	36,58	43,43	36,44	49,30	46,92	56,52
Ateu	7,19	4,28	15,09	8,62	9,83	9,16	6,92	7,41	5,54	5,25	5,57	5,01	3,70	4,14
Atividades políticas														
Filiados a partidos políticos	3,17	2,27	0,37	2,60	4,24	3,55	4,53	5,23	4,34	3,01	3,40	2,67	2,80	1,33
Participa de atividades de partidos políticos	35,32	22,43	0,00	56,05	42,31	39,51	44,59	46,36	38,58	49,39	39,75	29,65	28,27	9,36
Tem simpatia por partidos políticos	20,93	17,62	16,11	22,27	24,38	25,16	23,60	24,01	23,33	20,71	18,72	18,68	16,51	17,68
Não usa nenhuma fonte para decidir o voto	35,32	46,87	20,43	28,26	28,55	28,55	31,66	33,20	35,04	36,69	40,90	41,36	42,92	56,33
Entre os que usam alguma fonte de informação	66,50	64,52	57,55	70,49	71,67	68,20	69,40	64,85	68,11	66,62	67,49	65,64	64,93	62,99
Utiliza TV para decidir o voto														
Sabe o nome correto do presidente da república	83,54	79,21	74,82	80,82	86,87	87,28	88,66	87,85	87,89	86,24	84,41	83,08	81,81	72,74
Sabe o nome do prefeito, governador e presidente	69,66	66,77	47,57	61,08	72,98	74,44	77,09	76,97	77,32	75,47	72,67	71,96	70,56	57,79

As seis regiões metropolitanas são: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

### 3.4 Capital Social

O capital social pode ser entendido em um sentido amplo, como uma variedade de tipos de instituições ou mecanismos de coordenação que afetam os retornos privados e sociais dos ativos públicos e privados. A complementaridade entre esse tipo de capital e os outros é essencial para o entendimento do conceito de capital social. Por exemplo, a organização dos fatores de produção será um determinante-chave para os retornos obtidos de uma dada quantidade acumulada de capital físico e humano.

#### 3.4.1 Associações e sindicatos

Uma primeira observação está relacionada com as taxas de adesão aos sindicatos e associações não-comunitárias. De acordo com a Tabela 5, existe uma relação inversa entre idade e taxas de adesão a essas organizações. Entre todos os idosos com mais de 60 anos, 14% são membros ou associados a sindicatos e associações não-comunitárias. Essa proporção é bastante inferior à da população total, que é de aproximadamente 23%.

Considerando que a maioria dos membros de sindicatos e associações comunitárias possui, em geral, algum vínculo empregatício e a taxa de ocupação dos idosos é baixa, optou-se por analisar a taxa de adesão apenas dos ocupados, que é mais uniformemente distribuída pelos diversos grupos de idade, apesar de apresentar uma pequena queda nos grupos mais velhos. Mesmo assim ainda é bastante expressiva: 24% da população com mais de 60 anos estão ligados a associações de caráter profissional em relação a 28% da população total como um todo.

No universo formado por aqueles que hoje não são membros de associações profissionais, mas que o foram nos últimos cinco anos, a proporção de idosos também é inferior à da população total (9% e 14%, respectivamente). As proporções atuais de frequência nessas atividades é muito menor em ambos os universos: somente 2% dos idosos assistem a pelo menos uma reunião por ano. Essa mesma proporção corresponde a 3% na população total.

Em geral, as taxas de adesão a associações comunitárias são menores e mais uniformemente distribuídas por grupos de idade do que as encontradas para sindicatos e associações não-comunitárias mencionadas anteriormente. A Tabela 2 revela que o percentual de idosos com mais de 60 anos que são membros de associações comunitárias é de 13%. A proporção de indivíduos que assistem a pelo menos uma reunião por ano é maior para associações comunitárias do que para qualquer outro tipo de associação analisada (10%, em média). A análise da composição de associações comunitárias revela que os idosos têm uma participa-

ção mais expressiva em associações religiosas, principalmente aqueles com mais de 70 anos: 56% dos idosos nessa faixa etária que participam a alguma associação comunitária pertencem a associações religiosas.

### 3.4.2 Atividades políticas

Analisaremos agora a participação dos idosos em atividades políticas. Segundo a Tabela 2, as taxas de filiação formal em campanhas políticas são pequenas e apresentam um perfil do ciclo da vida com formato de U invertido, alcançando valores mais expressivos nos grupos intermediários de idade (5%, em média). Para os idosos essa proporção foi de 2% e de cerca de 3% na população total. A baixa taxa de filiação pode ser resultado de altos requerimentos para uma filiação política em termos de participação efetiva. A taxa de participação daqueles que são membros de partidos também é menor entre os idosos: entre os filiados com mais de 60 anos apenas 22% participam de atividades em partidos políticos. Na população total, esse percentual corresponde a aproximadamente 35%.

Dada a baixa taxa formal de filiação a partidos, usaremos outras medidas para avaliar a participação política dos idosos brasileiros, como, por exemplo, a simpatia por partidos. Observa-se que o percentual de idosos que apresentam simpatia por algum partido político decresce com a idade (18% da população com mais de 60 anos e 21%, em média, na população total). Uma questão final revela que a cultura política dos idosos, captada pelo conhecimento do nome correto do presidente do Brasil — ou o nome do presidente e seus respectivos governador e prefeito —, apresenta, também, um formato de U invertido. Entre os indivíduos com idade superior a 60 anos, 79% sabem o nome correto do presidente e 67% sabem os nomes do prefeito, governador e presidente (84% e 70%, respectivamente, na população total).

## 4 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou avaliar o acesso aos diversos tipos de ativos por grupos etários, com especial ênfase à terceira idade. O comportamento do ciclo da vida da posse de ativos foi estudado usando-se um perfil estático e pseudopainéis. O principal problema da análise estática é não levar em conta diferenças geracionais entre indivíduos diferentes. A análise dinâmica com utilização de pseudopainel, ao contrário, nos possibilita acompanhar o valor de uma certa estatística para uma mesma geração ao longo do tempo.

A análise do acesso a recursos foi estruturada em três grupos: capital físico (bens duráveis, moradia e serviços públicos), capital humano (escolaridade) e capital social (sindicatos e associações, participação política e estrutura familiar).

Os ativos físicos permitem suavizar eventuais flutuações da renda, como nos casos de queda de renda com a aposentadoria, doença, desemprego, entre outros. Vimos que os idosos possuem maior taxa de acesso a casa própria e menor acesso a casa alugada do que os demais grupos de idade. O acesso a serviços públicos apresentou uma tendência de crescimento ao longo dos anos para todas as faixas etárias

O acesso a capital humano é fundamental nas etapas iniciais e intermediárias do ciclo da vida, pois possibilita maior acúmulo de capital físico e financeiro, garantindo maior bem-estar no final do ciclo da vida. Nesse sentido, o nível de escolaridade é uma variável-chave para entender as desigualdades na distribuição de renda entre diferentes gerações. Pelos dados de coorte percebemos uma evolução do acesso a educação para todas as idades, e para os idosos essa melhora não é tão grande como a observada na faixa de 20 a 29 anos.

Com relação ao capital social, observamos que os idosos apresentam menor taxa de adesão a sindicatos e associações não-comunitárias, mesmo quando controlada pelo fato de estarem ocupados, e para estes últimos a taxa de adesão é maior do que a dos não-ocupados. No entanto, os idosos, principalmente os que têm mais de 70 anos, possuem participação mais representativa em associações comunitárias, em particular as religiosas.

## **APÊNDICE A**

### **Descrição de Base de Dados**

#### **• Censo Demográfico**

O censo demográfico é uma pesquisa domiciliar que se restringe aos domicílios ocupados e abrange todo o território nacional. Possui detalhadas características pessoais e ocupacionais de todos os membros dos domicílios. O censo possui informações detalhadas sobre acesso a moradia, serviços públicos e bens duráveis, entre outros.

#### **• Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**

A PNAD é uma pesquisa domiciliar anual realizada no terceiro trimestre, que entrevista 100 mil domicílios todo ano. Essa pesquisa possui informações detalhadas sobre características pessoais e ocupacionais de todos os membros dos domicílios, sobre acesso a moradia, serviços públicos, bens duráveis, entre outros.

### ● Pesquisa Mensal de Emprego (PME)

A PME é uma pesquisa domiciliar de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho. As informações necessárias à geração das estatísticas desejadas são obtidas de uma amostra probabilística de, aproximadamente, 39 mil domicílios situados em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A pesquisa suplementar aplicada à PME (Suplemento PME), em 1996, objetivou conhecer algumas características da população em relação aos temas associativismo; representação de interesses e intermediação política; e educação e trabalho.

A pesquisa suplementar utilizou a amostra da PME de abril de 1996, reportando-se aos moradores que participaram da pesquisa e que, nessa data, tinham 18 anos ou mais de idade, para a investigação dos temas associativismo e representação de interesses e intermediação política e, para os que tinham 20 anos ou mais de idade, para investigação das características de educação e trabalho.

## APÊNDICE B

TABELA B1  
EDUCAÇÃO MÉDIA

Idade	1970	1980	1991-1	2000
0 a 9	0,04	0,22	0,08	0,05
10 a 19	2,80	3,39	4,35	5,27
20 a 29	3,50	5,04	6,34	7,37
30 a 39	2,89	4,12	5,82	6,89
40 a 49	2,52	3,23	4,54	6,25
50 a 59	2,13	2,70	3,50	4,86
60 a 69	1,87	2,09	2,78	3,65
70 a 79	1,71	1,74	2,21	3,01
80 ou mais	1,32	1,66	1,89	2,40

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B2  
DOMICÍLIO PRÓPRIO

Idade	1970	1980	1991-1	2000
0 a 9	57,28	60,60	69,74	71,73
10 a 19	62,46	67,50	74,78	77,92
20 a 29	53,12	56,34	65,78	71,59
30 a 39	56,67	61,14	70,04	73,95
40 a 49	62,26	67,94	76,76	79,17
50 a 59	65,44	71,48	79,86	83,33
60 a 69	66,40	72,94	80,43	85,37
70 a 79	66,33	73,36	79,43	85,17
80 ou mais	65,80	73,15	78,34	83,27

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B3  
DOMICÍLIO PRÓPRIO PAGANDO

Idade	1970	1980	2000
0 a 9	4,91	5,23	6,47
10 a 19	4,58	5,06	6,61
20 a 29	4,76	5,88	6,62
30 a 39	5,98	7,67	8,13
40 a 49	5,08	6,21	7,90
50 a 59	3,98	5,07	5,99
60 a 69	3,19	3,64	4,31
70 a 79	2,68	2,91	3,21
80 ou mais	2,48	2,98	2,55

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

Nota: Não há dados disponíveis no Censo de 1991.

TABELA B4  
DOMICÍLIO ALUGADO

Idade	1970	1980	1991-1	2000
0 a 9	15,52	19,29	13,90	13,14
10 a 19	15,01	16,27	12,18	10,76
20 a 29	19,36	25,44	18,31	15,61
30 a 39	18,79	22,00	16,37	14,00
40 a 49	16,77	17,07	12,20	11,36
50 a 59	14,71	15,04	9,92	8,59
60 a 69	12,93	12,90	8,79	7,05
70 a 79	11,64	11,61	8,02	6,95
80 ou mais	10,47	10,96	7,49	7,01

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B5  
RÁDIO

Idade	1970	1980	2000
0 a 9	51,86	72,41	83,44
10 a 19	59,85	77,27	87,26
20 a 29	55,79	75,55	87,00
30 a 39	59,10	78,59	89,24
40 a 49	62,88	80,17	90,68
50 a 59	62,34	81,07	89,53
60 a 69	59,05	77,88	87,24
70 a 79	56,09	74,31	85,04
80 ou mais	51,71	72,84	81,25

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

Nota: Não há dados disponíveis no Censo de 1991.

TABELA B6  
TELEVISÃO

Idade	1970	1980	2000
0 a 9	15,76	47,84	82,16
10 a 19	21,45	54,63	85,13
20 a 29	22,40	61,17	86,96
30 a 39	26,05	62,02	89,08
40 a 49	28,27	61,04	89,55
50 a 59	27,11	60,81	87,80
60 a 69	26,48	55,35	86,31
70 a 79	26,15	51,96	85,08
80 ou mais	23,49	55,48	80,69

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

Nota: Os dados disponíveis do Censo 1991 estão desagregados em TV em cores e em preto e branco.

TABELA B7  
TELEFONE

Idade	1970	1980	2000
0 a 9	7,21	12,00	26,69
10 a 19	10,17	15,62	34,35
20 a 29	11,84	16,19	35,56
30 a 39	13,92	20,76	40,31
40 a 49	15,51	24,15	46,71
50 a 59	17,57	25,24	46,64
60 a 69	16,51	26,38	44,61
70 a 79	16,57	26,24	44,33
80 ou mais	19,79	29,09	41,31

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

Nota: Os dados estão disponíveis somente a partir de 1980.

TABELA B8  
**AUTOMÓVEL**

Idade	1970	1980	1990	2000
0 a 9	6,09	14,17	18,21	25,29
10 a 19	8,71	17,20	20,65	29,49
20 a 29	8,88	19,95	22,60	31,29
30 a 39	10,55	23,24	28,33	36,86
40 a 49	11,66	23,17	29,92	40,54
50 a 59	10,42	22,49	27,76	38,76
60 a 69	8,97	17,68	23,86	32,43
70 a 79	8,46	14,81	19,90	26,87
80 ou mais	7,84	16,52	21,11	23,02

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B9  
**ILUMINAÇÃO ELÉTRICA**

Idade	1970	1980	1990	2000
0 a 9	36,06	58,78	80,38	90,19
10 a 19	43,06	64,24	83,15	91,78
20 a 29	44,19	70,37	86,74	93,49
30 a 39	47,13	70,02	88,09	94,41
40 a 49	49,45	69,00	86,56	94,45
50 a 59	48,80	69,34	85,74	93,44
60 a 69	48,84	65,83	84,89	93,15
70 a 79	49,28	64,14	83,50	93,35
80 ou mais	45,76	66,65	82,72	91,42

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B10  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Idade	1970	1980	1991-1	2000
0 a 9	22,28	44,35	62,23	70,37
10 a 19	28,67	49,46	65,71	73,13
20 a 29	30,24	55,98	70,12	76,50
30 a 39	32,27	55,92	72,59	77,94
40 a 49	35,23	55,75	71,10	78,88
50 a 59	35,59	56,70	70,12	77,03
60 a 69	36,53	54,25	69,68	76,67
70 a 79	37,67	53,8	68,97	78,01
80 ou mais	35,05	56,79	68,93	76,47

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B11  
REDE GERAL DE ESGOTO

Idade	1970	1980	1990	2000
0 a 9	7,44	18,43	26,18	37,67
10 a 19	10,70	22,11	28,63	40,88
20 a 29	11,97	28,37	33,61	45,50
30 a 39	12,83	28,52	36,73	47,27
40 a 49	14,58	29,71	36,61	50,01
50 a 59	15,33	31,87	37,17	49,06
60 a 69	16,30	30,64	37,60	48,90
70 a 79	17,40	30,67	36,64	50,65
80 ou mais	16,11	33,90	36,88	48,33

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

TABELA B12  
COLETA DE LIXO

Idade	1991-1	2000
0 a 9	53,45	65,32
10 a 19	56,91	67,87
20 a 29	63,39	72,76
30 a 39	66,11	74,72
40 a 49	64,48	75,78
50 a 59	63,37	73,46
60 a 69	62,85	72,24
70 a 79	61,55	72,97
80 ou mais	61,80	70,52

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE.

Nota: Os dados estão disponíveis somente a partir de 1991.

### BIBLIOGRAFIA

- BARROS, R. P. de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *A economia brasileira em perspectiva*, v. 2. Rio de Janeiro: IPEA, p. 241-474, 1996.
- BESLEY, T. Saving, credit and insurance. *Handbook of development economics*, 1992.
- DEATON, A. S. Panel data from a time-series of cross-section. *Journal of Econometrics*, v. 30, p. 109-126, 1985.
- DEATON, A., PAXSON, C. *Intertemporal choice and consumption inequality*. Princeton University: Research Program in Development Studies, 1992.
- FALKINGHAM, J., HILLS, J. (eds.) *The dynamic of welfare: the welfare state and the life cycle* Prentice Hall, 1995.
- FARO, C. *Vinte anos de BNH*. Rio de Janeiro, 1992 (Pesquisa EPGE, 4).
- FIRPO, S. *Evolução da desigualdade de renda e consumo entre famílias no Brasil: uma análise de coorte*. Rio de Janeiro: PUC, jun. 1999 (Tese de Mestrado).
- GANZIROLI, C. H. Principais indicadores socioeconômicos dos assentamentos da reforma agrária. *Revista Econômico e Social Rural*, v. 30, n. 2, p. 408-422, ago. 1992.
- LUCENA, J. M. P. *O mercado habitacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), 1985 (Tese de Mestrado).
- MORANDI, L. *Estimação da riqueza interna tangível e reproduzível — Brasil 1970/95*. Universidade Federal Fluminense, 1997, mimeo (Tese de Mestrado).
- NERI, M. *et alii*. O acesso ao capital dos idosos brasileiros: uma perspectiva do ciclo da vida. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Brasília: IPEA, p.115-158, dez. 1999.

- PRADO, E. S., PELIN, E. R. *Moradia no Brasil — reflexões sobre o problema habitacional brasileiro*. São Paulo: Fipe/USP e CBMM, 1993.
- ROMERO, A. R. Renda e emprego, a viabilidade e o sentido da reforma agrária. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 392-407, ago. 1992.
- SILVA, J. F. G. Balanço e perspectivas: as possibilidades da reforma agrárias em 1987 enquanto opção político-social. *Revista Econômica e Social Rural*, Brasília, p. 205-218, 1987.

